

Eólica Paraíso S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
Fax: +55 85 3392-5659
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Eólica Paraíso S.A.
Lagoa Nova – RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Paraíso S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and lines, positioned above the name of the signatory.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC-PE021265/O

Eólica Paraíso S.A.**Balço patrimonial**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2025	2024	Passivo	Notas	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	239	1.262	Fornecedores	9	20.409	11.048
Fundos vinculados	5.b	883	1.153	Financiamentos	10	3.898	3.808
Contas a receber	6	8.145	2.797	Tributos a recolher		-	182
Adiantamento a fornecedores		16	348	Imposto de renda e contribuição social a recolher		120	-
Tributos a recuperar		-	1	Adiantamento a clientes		-	1.376
Despesas pagas antecipadamente		464	318	Provisão para ressarcimento	11	7.926	3.041
Estoques		-	6	Partes relacionadas	20	5.681	7.131
Mútuos financeiros com partes relacionadas	20	2.022	-	Outras contas a pagar		855	1
Outras contas a receber		167	-				
Total do ativo circulante		11.936	5.885	Total do passivo circulante		38.889	26.587
Não circulante				Não circulante			
Fundos vinculados	5.b	5.984	2.908	Fornecedores	9	-	11.087
Partes relacionadas	20	-	2.385	Financiamentos	10	20.934	24.125
				Provisão para desmobilização	12	6.975	6.739
				Provisão para ressarcimento	11	1.740	1.651
Total do realizável a longo prazo		5.984	5.293	Total do passivo não circulante		29.649	43.602
Direito de uso	7	3.202	5.107				
Imobilizado	8	69.836	96.469	Total do passivo		68.538	70.189
Total do ativo não circulante		79.022	106.869	Patrimônio líquido			
				Capital social	13	62.733	37.533
				Reservas de lucros	13	(40.313)	5.032
Total do ativo		90.958	112.754	Total do patrimônio líquido		22.420	42.565
				Total do passivo e patrimônio líquido		90.958	112.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Paraíso S.A.**Demonstração do resultado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	14	16.105	12.047
Custos de operação	15	(15.484)	(8.472)
Lucro bruto		621	3.575
Despesas gerais e administrativas	16	(587)	(621)
Outras despesas operacionais, líquidas		(2.643)	(989)
Perda por redução ao valor recuperável (impairment)	8.c	(38.943)	-
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		(41.552)	1.965
Receitas financeiras	17	531	571
Despesas financeiras	17	(3.804)	(3.371)
		(3.273)	(2.800)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(44.825)	(835)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(520)	(816)
Prejuízo do exercício		(45.345)	(1.651)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Paraíso S.A.**Demonstração do resultado abrangente**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	<u>(45.345)</u>	<u>(1.651)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(45.345)</u></u>	<u><u>(1.651)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Paraíso S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	34.669	307	6.376	-	41.352
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.651)	(1.651)
Redução de capital	(1.496)	-	-	-	(1.496)
Aporte de capital	4.360	-	-	-	4.360
Absorção de prejuízo	-	-	(1.651)	1.651	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	37.533	307	4.725	-	42.565
Prejuízo do exercício	-	-	-	(45.345)	(45.345)
Redução de capital	(2.200)	-	-	-	(2.200)
Aporte de capital	27.400	-	-	-	27.400
Saldos em 31 de dezembro de 2025	62.733	307	4.725	(45.345)	22.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Paraíso S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Resultado antes dos tributos		<u>(44.825)</u>	<u>(835)</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de			
Atividades operacionais:			
Juros sobre financiamento	10	2.881	2.752
Custo de captação de financiamentos apropriado ao resultado	10	6	6
Depreciação	8	4.534	3.841
Baixa de imobilizado	8	5.770	571
Rendimentos aplicações financeiras	17	(455)	(568)
Outras receitas financeiras	17	(76)	(3)
Ajuste a valor presente provisão para desmobilização	12	236	228
Atualização monetária do ressarcimento	11	68	45
Adições do excedente	6	-	(648)
Adições do ressarcimento	11	4.906	4.403
Amortização de direitos de uso	7	198	198
Perda por redução ao valor recuperável (impairment)	8.c	38.943	-
Lucro ajustado		<u>12.186</u>	<u>9.990</u>
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber	6	(5.348)	2.091
Outras contas a receber		(167)	9.347
Tributos a recuperar		1	89
Estoques		6	29
Adiantamento a fornecedores		332	91
Despesas pagas antecipadamente		(146)	(102)
Mútuos com partes relacionadas		363	-
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores	9	(1.726)	(2.700)
Adiantamento de clientes		(1.376)	1.376
Tributos a recolher		(182)	47
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>3.943</u>	<u>20.258</u>
Pagamento de juros de financiamentos	10	(2.228)	(2.524)
Pagamento de IR e CS		(400)	(3.400)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>1.315</u>	<u>14.334</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras e fundos vinculados		(2.275)	(1.777)
Mútuos financeiros com partes relacionadas	20	(1.450)	-
Aquisição ao ativo imobilizado	8	(20.907)	(11.330)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(24.632)</u>	<u>(13.107)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal de financiamentos	10	(3.760)	(3.698)
Integralização de capital	13	27.400	4.360
Redução de capital		(2.200)	(1.558)
Dividendos pagos		854	(1.602)
Mútuos financeiros com partes relacionadas	20	-	(767)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>22.294</u>	<u>(3.265)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes		<u>(1.023)</u>	<u>(2.038)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.a	1.262	3.300
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.a	239	1.262
Varição no caixa e equivalentes		<u><u>(1.023)</u></u>	<u><u>(2.038)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Eólica Paraíso S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima por ações, de capital fechado, controlada direta pela Serras Holding S.A., que detém 100% de suas ações. A controladora final do grupo é a Echoenergia Participações S.A. A Companhia tem sede à Avenida Dr. Silvio Bezerra de Melo, 464 A, sala 06, centro, município de Lagoa Nova, estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Pelado, incluindo a implantação e a montagem, bem como a comercialização de energia. Estas atividades são regulamentadas pela Aneel.

A Companhia é Produtora Independentes de Energia Elétrica, tendo todas as sociedades autorização do Poder Concedente, conforme definido na Lei nº 9.074/95,

A Companhia possui uma central geradora de energia eólica situada no município de Bobó no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de 14 unidades geradoras de 2,0 MW, totalizando 28 MW de capacidade instalada.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW Médios)	Garantia física (MW Médios)
EOL Pelado	Res. 263/2012	02/05/2012	35 anos	28	13,20

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo, com vencimento em 2034:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MW Médios)	Preço (MW/h) (b)	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Lanchinha	LER 5/2010 (a)	9	222,80	IPCA	Julho

(a) Leilão de Energia de Reserva.

(b) Valor em reais (R\$.)

1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023 que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e Lei Complementar 227/2026, de 13 de janeiro de 2026. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. Aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Até 31 de dezembro de 2025, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações financeiras da Companhia. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas.

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.4 Lei nº 15.269/2025 – Novo marco regulatório do setor elétrico

Em 24 de novembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.269/2025, que altera o marco regulatório do setor elétrico e introduz modificações relevantes para a dinâmica de comercialização de energia, incluindo a abertura do mercado livre para clientes de baixa tensão, a instituição do Supridor de Última Instância (SUI), mecanismos de encargos associados à migração, alterações em autoprodução por equiparação e diretrizes sobre armazenamento.

Adicionalmente, destaca-se o estabelecimento de mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares classificados como indisponibilidade externa ou confiabilidade elétrica, impondo tratamentos e fontes de receitas distintas tanto para o passado (período de 01/09/2023 a 25/11/2025) quanto para o futuro (após 25/11/2025). A possibilidade de ressarcimento, contudo, está condicionada à adesão do gerador a um termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, o que implica a desistência de eventuais ações judiciais relacionadas ao tema.

O Ministério de Minas e Energia - MME submeteu a minuta do referido termo de compromisso à Consulta Pública nº 210/2025, abrindo prazo para contribuições até 16.01.2026. A Administração da Companhia acompanha a evolução desse processo regulatório e avalia os potenciais impactos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros associados à implementação da nova legislação, tendo em vista a relevância dos valores associados às tipologias de corte de geração não contemplados no mecanismo de compensação. A decisão da Companhia em aderir ou não ao mecanismo de compensação proposto dependerá das regulamentações complementares que venham a ser editadas, de seus prazos de vigência e da forma como serão operacionalizadas no âmbito do setor elétrico.

Em 31 de dezembro de 2025, a Lei nº 15.269/2025 não gerou efeitos contábeis materiais nas demonstrações financeiras da Companhia, que exijam reconhecimento ou remensuração imediata de ativos e passivos, permanecendo os saldos contabilizados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC, divulgado em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2026.

b. Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de passivos financeiros conforme os prazos divulgados na nota explicativa 22.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu um prejuízo de R\$ 45.345 (lucro de R\$ 1.651 em 31 de dezembro de 2024) e capital circulante líquido negativo de R\$ 26.953 (R\$ 20.702 em 31 de dezembro de 2024), porém apresentando geração de caixa nas atividades operacionais de R\$ 1.315 (R\$ 14.334 em 31 de dezembro de 2024).

O resultado do exercício foi impactado, principalmente, pelo reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (impairment) no montante de R\$ 38.943. Para maiores informações vide nota explicativa 8.

A Administração concluiu que não existe grau de incerteza sobre a capacidade da Companhia continuar operando e liquidar seus passivos financeiros pelos próximos 360 dias.

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado, quando requerido nas normas.

d. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais, foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, exceto pelo teste de recuperabilidade do ativo imobilizado e ativos de direito de uso, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras estão demonstradas nas notas explicativas:

- Contas a receber - Excedente ACR (nota explicativa 6) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das entradas de recursos dos contratos regulados e ;
- Contas a receber - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (nota explicativa 6) – principais premissas sobre o risco de inadimplência e as taxas de perdas esperadas.
- Direito de uso (nota explicativa 7) - principais premissas em relação a definição da taxa implícita nos contratos de arrendamento;
- Imobilizado (nota explicativa 8 – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões para ressarcimento (nota explicativa 11) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Provisão para desmobilização (nota explicativa 12) – principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e na estimativa de taxa de desconto para aplicação do valor presente;
- Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa 19) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e relevância das saídas de recursos.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia considera um ativo financeiro com problemas de recuperação quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias;
- Houver quebra de cláusulas contratuais;
- Há a reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Há a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Houver o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros e não identificou ativos financeiros com problemas de recuperação. Adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração avaliou a recuperabilidade de seus ativos não financeiros, tendo identificado indicativos de perda no ativo imobilizado. Diante disso, conforme requerido pelo CPC 01 (R1), a Companhia procedeu com análise de recuperabilidade desse ativo e concluiu que o valor contábil (“carrying amount”) é superior ao valor em uso da sua UGC no montante de R\$ 38.943. Para maiores informações vide nota explicativa 8.c.

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida, incluindo ágio por expectativa de rentabilidade futura.

4 Novas normas e interpretações

Vigentes a partir de 01 de janeiro de 2025

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 contempla as alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21	05/07/2024	01/01/2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	N/A	18/10/2024	01/01/2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPCnº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPCnº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	IAS 28	02/08/2024	01/01/2025	Sem impactos relevantes.

A partir de 01 de janeiro de 2026, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais estão descritos abaixo, assim como seus impactos para à Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02): Divulgação de Informações Climáticas	IFRS S1 e S2	12/09/2024	01/01/2026	Trata dos requisitos e diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as novas normas terão na prática atual.
CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	IFRS 18	09/04/2024	01/01/2027	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

				entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A Companhia não realizará adoção antecipada da referida norma.
				O IASB emitiu emendas aos pronunciamentos IFRS 9 e IFRS 7 ampliando as exigências de divulgação para instrumentos financeiros vinculados a contratos de fornecimento de energia oriundos de fontes naturais variáveis (como vento e irradiação solar). As alterações reforçam a necessidade de evidenciar riscos associados à intermitência da geração, variações contratuais e impactos financeiros decorrentes de mecanismos de liquidação no mercado regulado e livre. A Companhia não antecipará a adoção das alterações.
IFRS 9: Instrumentos financeiros e IFRS 7: Instrumentos financeiros divulgação	IFRS 9 e IFRS 7	30/05/2024	01/01/2026	

Com exceção do CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (IFRS 18), cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas demonstrações financeiras.

5 Caixa, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeira com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, visando à continuidade dos seus negócios.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Banco conta movimento	197	161
Aplicações financeiras (a)	42	1.101
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>239</u>	<u>1.262</u>

(a) Refere-se aos Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração 100% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2025 (99% em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Fundos vinculados

Os valores registrados como fundos vinculados representam contas-reserva destinadas à liquidação de dívidas, atendendo às exigências contratuais definidas nos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras credoras. A movimentação dessas contas obedece às características específicas de cada grupo de reserva. Para mais detalhes sobre os contratos de financiamento e a identificação das contrapartes credoras, consultar a nota explicativa 10.

Os fundos vinculados são classificados no ativo, baseando-se na expectativa de utilização dos saldos para a liquidação das obrigações de dívida.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Reserva de pagamento (a)	883	1.096
Reserva de dívida (b)	1.359	1.153
Centralizadora (c)	2.244	-
Reserva O&M (d)	776	693
Reserva de dívida BNDES (e)	1.605	1.119
Total	<u>6.867</u>	<u>4.061</u>
Circulante	883	1.153
Não circulante	<u>5.984</u>	<u>2.908</u>

A seguir demonstramos a característica individual de cada conta reserva, bem como sua natureza conforme contratos de financiamento.

(a) Reserva de pagamento: Conta reserva mantida com objetivo de efetuar o pagamento da parcela da dívida. O montante representa o valor esperado de cada parcela da escritura de debênture da controladora direta Serras Holding S.A. é classificado no ativo circulante.

(b) Reserva da dívida: Conta reserva mantida com o objetivo de garantir o pagamento da dívida de debêntures da controladora direta Serras Holding S.A. em caso de insuficiência de caixa. O montante representa o valor esperado de pagamento da próxima parcela da escritura e não é movimentado, devendo ser mantido até o final do contrato.

(c) Centralizadora: As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade da Companhia, porém geridas pelo banco administrador, constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos e são destinadas ao recebimento total dos direitos cedidos nos contratos de financiamento.

(d) Reserva de O&M: Conta reserva destinada ao pagamento de O&M em caso de insuficiência de caixa, deve conter 1/4 do valor anual do pagamento de O&M.

(e) Reserva de dívida BNDES: Conta reserva destinada ao pagamento da dívida BNDES em caso de insuficiência de caixa, deve conter 3 vezes o valor da última parcela paga.

6 Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e são realizadas posteriormente pelos recebimentos do principal e podem ser reduzidas por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Os saldos de contas a receber incluem valores gerados nas operações ordinárias da Companhia e estão segregadas nas naturezas abaixo demonstradas:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Transações MCP (a)	1	45
Transações realizadas no ACR (b)	8.144	2.752
Total	<u>8.145</u>	<u>2.797</u>

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Transações MCP (Mercado de Curto Prazo): saldo decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar.

(b) Transações realizadas no ACR (Ambiente de Contratação Regulada): Contratos de venda de energia oriundos dos leilões regulados realizados pela CCEE, sob delegação da ANEEL, e têm a finalidade de atender às demandas do Ambiente de Contratação Regulada.

(c) Excedentes formados: Referem-se aos saldos a receber sobre a geração excedente dos contratos firmados no ambiente regulado, dos quais possuem mecanismos de liquidação e realização específicos de acordo com o leilão relacionado. Os valores apresentados no ativo não circulante compreendem os valores de excedente quadrienal em formação sobre contratos de venda de energia no ambiente regulado (ACR), onde o ciclo de encerramento contratual e consequente recebimento ocorrerá após 12 meses da data base de divulgação

a. Movimentação excedentes a receber

O excedente a receber é resultante de transações que ocorrem em parques eólicos operando exclusivamente no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), que participam de leilões na modalidade de disponibilidade. Esta modalidade estabelece, contratualmente, limites para as exposições, tanto positivas quanto negativas, da geração de energia em relação à receita fixada pelo leilão, incluindo a aplicação de bônus ou penalidades conforme as faixas de desvio.

Mensalmente são apurados os valores de exposição das usinas, quando há uma exposição positiva, é reconhecido o valor correspondente de excedente a receber, quando há exposição negativa, constitui-se uma provisão de ressarcimento.

Abaixo a movimentação do contas a receber de excedente, no exercício:

	<u>2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Recebimento</u>	<u>Transferências</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>
Excedente formado	389	-	(1.037)	648	-	-
Excedente em formação	-	648	-	(648)	-	-
Total do excedente	<u>389</u>	<u>648</u>	<u>(1.037)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Circulante	389				-	-

b. Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa

O critério utilizado pela Companhia para constituir PECLD é de análise individual, considerando expectativas futuras de problemas de liquidação. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não constituiu saldos de PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

7 Direito de uso

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pela desmobilização do parque eólico, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a companhia realiza a remensuração dos passivos de desmobilização, veja detalhes na nota explicativa 12.

Os saldos do direito de uso estão apresentados abaixo:

	<u>Valor líquido em 2024</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Impairment</u>	<u>Valor líquido em 2025</u>
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	<u>5.107</u>	<u>(198)</u>	<u>(1.707)</u>	<u>3.202</u>
Total do ativo	<u>5.107</u>	<u>(198)</u>	<u>(1.707)</u>	<u>3.202</u>
		Valor líquido	Amortizações	Valor líquido

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>em 2023</u>		<u>em 2024</u>
Ativo de direito de uso			
Arrendamento parques eólicos	5.305	(198)	5.107
Total do ativo	5.305	(198)	5.107

(a) Valores de desmobilização de ativos reclassificados para a rubrica "Direito de uso", a fim de estar consistente com as demais classificações utilizadas nas entidades do Grupo que a Eólica Paraíso pertence.

(b) Valor de adição referente à remensuração da desmobilização conforme ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, para maiores detalhados, consultar nota explicativa 12.

8 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção e reparos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos e juros sobre financiamentos e custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

O reconhecimento da depreciação no resultado baseia-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas de cada parte do ativo imobilizado. Este método foi adotado por refletir mais adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

No exercício de 2025, a Companhia não identificou a necessidade de revisar a estimativa de vida útil dos ativos, pois não foram observadas alterações significativas em suas condições ou no ambiente operacional ao longo do exercício.

A Administração avalia os prazos de autorização dos parques em face das taxas obtidas, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que as vidas úteis remanescentes dos ativos não sejam superiores aos prazos de autorização dos parques eólicos.

Unidade de geração eólica – Pás	25 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	30 anos
Unidade de geração eólica – Gearbox e mainshaft	20 anos
Unidade de geração eólica – Poste e torre	35 anos
Unidade de geração eólica – Transformador	40 anos
Construção e benfeitorias	50 anos
Máquinas e equipamentos (geral)	26 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de outras despesas operacionais.

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Composição do ativo imobilizado

Os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

Vida útil	2025				2024
	Custo	Depreciação	Impairment (c)	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento	-	12.031	-	12.031	18.979
Máquinas e equipamentos	26 anos	135.191	(40.174)	57.781	77.461
Benfeitorias em propriedades de terceiros	50 anos	30	(6)	24	27
Equipamento e processamento de dados	5 anos	5	(5)	-	2
Total		147.257	(40.185)	69.836	96.469

Os ativos imobilizados da Companhia são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa 10.

b. Movimentações do ativo imobilizado

	Saldo em 2024	2025					Saldo em 2025
		Adição	Transferências	Depreciação	Baixas (a)	Impairment (c)	
Imobilizado em andamento	18.979	20.907	(27.133)	-	(722)	12.031	
Máquinas e equipamentos	77.461	-	27.133	(4.529)	(5.048)	57.781	
Edificações, obras civis e benfeitorias	27	-	-	(3)	-	24	
Equipamento e processamento de dados	2	-	-	(2)	-	-	
Total	96.469	20.907	-	(4.534)	(5.770)	69.836	

	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Baixas (a)	Depreciação	Saldo em 2024
Imobilizado em andamento	11.974	11.330	(4.325)	-	-	18.979
Máquinas e equipamentos	77.548	-	4.325	(571)	(3.841)	77.461
Edificações, obras civis e benfeitorias	27	-	-	-	-	27
Equipamentos e processamento de dados	2	-	-	-	-	2
Total	89.551	11.330	-	(571)	(3.841)	96.469

(a) Referem-se a troca de grandes componentes, sendo alocado como “outras despesas operacionais”.

(b) Valores de desmobilização de ativos reclassificados para a rubrica “Direito de uso”, a fim de estar consistente com as demais classificações utilizadas nas entidades do Grupo que a Eólica Paraíso pertence

c. Perda por redução ao valor recuperável (impairment)

Política contábil

A Companhia avalia, ao final de cada período de reporte, a existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, em conformidade com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

O valor recuperável de um ativo ou de uma Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) corresponde ao maior valor entre (i) o valor justo líquido de despesas de venda e (ii) o valor em uso. Quando o valor contábil excede o valor recuperável, é reconhecida perda por *impairment* no resultado do exercício.

Os testes de recuperabilidade são realizados no nível das UGCs, definidas como o menor grupo identificável de ativos capaz de gerar entradas de caixa em grande parte independentes de outros ativos ou grupos de ativos. No contexto operacional da Companhia, as UGCs correspondem substancialmente aos clusters operacionais e às sociedades de propósito específico detentoras de ativos de geração de energia.

Os ativos testados incluem, principalmente, imobilizado e ativos de direito de uso diretamente relacionados à geração de caixa das respectivas UGCs.

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Identificação de indicadores de perda

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração identificou a existência de indicadores externos e internos de perda, nos termos do item 12 do CPC 01 (R1), principalmente relacionados a:

- Intensificação estrutural de restrições operativas do sistema elétrico (*curtailment/constrained-off*);
- Redução recorrente da geração efetiva;
- Eventos operacionais específicos (incertezas regulatórias em complexo eólico);
- Deterioração de indicadores financeiros na UGC (retorno inferior ao custo de capital e geração de valor negativa).

Em decorrência desses fatores, a UGC foi submetida ao teste de recuperabilidade.

Metodologia do teste de recuperabilidade

O valor recuperável das UGCs foi determinado com base no valor em uso do imobilizado e do direito de uso, calculado a partir da projeção dos fluxos de caixa futuros operacionais (*Free Cash Flow to Firm – FCFE*), descontados a valor presente por taxa que reflete o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos dos ativos.

A Administração concluiu que o valor em uso representa a melhor estimativa do valor recuperável, uma vez que não existem evidências observáveis suficientes para determinação confiável do valor justo líquido de despesas de venda para os ativos analisados. As projeções:

- Foram elaboradas com base na proposta da diretoria para o orçamento para o período de 2026 a 2030;
- Consideram apenas fluxos de caixa diretamente atribuíveis à UGC;
- Não contemplam expansões futuras não comprometidas ou reestruturações ainda não aprovadas.

Premissas críticas utilizadas no cálculo do valor em uso

As estimativas do valor recuperável envolvem julgamentos significativos da Administração, especialmente em relação às premissas a seguir.

(i) Premissas de geração de energia

As projeções de geração física foram elaboradas com base:

- No histórico recente de desempenho dos ativos;
- Em dados técnicos atualizados de recurso eólico;
- Em percentis estatísticos de probabilidade de geração.

A adoção dos percentis reflete probabilidade mais elevada de cenários de geração inferiores à mediana histórica, alinhando as projeções ao desempenho efetivamente observado e ao ambiente operacional recente.

(ii) Impactos de restrições operativas (*curtailment*)

A Companhia incorporou nas projeções os impactos recorrentes de restrições sistêmicas de despacho (*curtailment*), que têm afetado estruturalmente a conversão da geração potencial em energia efetivamente entregue ao sistema. As premissas consideram:

- Para 2026: nível equivalente ao observado em 2025;
- Para períodos subsequentes: projeções divulgadas pelo ONS e análises internas de tendência estrutural do sistema.

A Administração entende que o *curtailment* observado deixou de ter natureza episódica e passou a representar fator estrutural relevante na formação dos fluxos de caixa futuros, sendo refletido diretamente na estimativa de receita e geração efetiva. Foram considerados nas projeções o reembolso dos valores de *curtailment* conforme previsto na Lei nº 15.269.

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Preços de energia

As projeções de preços de energia foram baseadas em:

- Curvas *forward* atualizadas para o curto prazo;
- Referências de longo prazo provenientes de trabalho contratado junto a empresa especializada em estudos do setor elétrico;
- Avaliações internas consistentes com o ambiente regulatório vigente.

A Companhia não utilizou premissas de recuperação acelerada de preços ou cenários otimistas de mercado. As estimativas refletem condições de mercado observáveis na data-base do teste.

A combinação entre (i) adoção de percentis revisados de geração, baseados em dados históricos recentes e (ii) incorporação estrutural de *curtailment* reforça o caráter prudencial das projeções utilizadas no cálculo do valor em uso.

(iv) Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais (O&M e despesas administrativas diretamente atribuíveis à UGC) foram projetados com base:

- No orçamento aprovado para 2026–2030;
- Em contratos vigentes de operação e manutenção;
- Em projeções consistentes de inflação de longo prazo.

Não foram considerados ganhos de eficiência não comprovados ou reduções estruturais ainda não implementadas.

(v) Investimentos (Capex)

As projeções incluem exclusivamente:

- Capex já comprometido contratualmente;
- Investimentos necessários à manutenção da capacidade operacional dos ativos;
- Projetos específicos aprovados (incluindo investimentos relevantes em determinados clusters).

Não foram considerados projetos de expansão não comprometidos ou melhorias operacionais ainda não aprovadas.

(vi) Taxa de desconto (WACC real)

Os fluxos de caixa foram descontados utilizando taxa equivalente ao Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) real de 8,20% ao ano. O WACC foi estimado com base em:

- Estrutura de capital alvo observada no setor;
- Custo de capital próprio calculado via CAPM, considerando:
 - a) Taxa livre de risco compatível com títulos soberanos de longo prazo;
 - b) Beta setorial desalavancado e realavancado à estrutura alvo;
 - c) Prêmio de risco de mercado;
- Custo da dívida observado em operações comparáveis do setor;
- Benefício fiscal do endividamento;
- Prêmios de risco específicos quando aplicável.

Os fluxos de caixa foram elaborados em base real, sendo assegurada consistência entre a base dos fluxos e a taxa de desconto utilizada.

Sensibilidade das premissas

A recuperabilidade das UGCs é sensível principalmente a alterações nas seguintes premissas:

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível de geração física (percentis adotados);
- Intensidade e duração do *curtailment*;
- Preços de energia no longo prazo;
- Taxa de desconto (WACC).

Alterações razoavelmente possíveis nessas premissas podem impactar materialmente o valor recuperável estimado.

Perda reconhecida no exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 38.943, registrada na rubrica “Perda por redução ao valor recuperável” no resultado do exercício.

UGC / Cluster	Valor contábil capital de giro	Valor contábil imobilizado	Valor contábil Direito de uso	Valor contábil da UGC	Valor recuperável (Valor em uso)	Perda reconhecida
Eólica Paraíso S.A.	(13.712)	107.072	4.910	98.270	59.327	(38.943)
Direito de Uso (nota 7)						(1.707)
Imobilizado						(37.236)

9 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por encargos de materiais e serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios. Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Os valores da conta fornecedores são formados pelos valores das notas fiscais e através de provisões diversas. As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

	2025	2024
Materiais e serviços	5.612	625
Provisões	8.725	33
Fornecedores partes relacionadas – nota 20	6.072	21.477
Total	20.409	22.135
Circulante	20.409	11.048
Não circulante	-	11.087

10 Financiamentos

Financiamentos representam obrigações financeiras contratadas pela Companhia, predominantemente junto a instituições financeiras, para suporte às operações e ao plano de investimentos.

Esses passivos são reconhecidos inicialmente pelo preço da transação, correspondente ao valor recebido, deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis à captação (tais como comissões, honorários e demais custos incrementais de emissão). Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros (TEJ), de forma que os encargos financeiros (incluindo custos de transação, juros e demais prêmios/deságios) sejam apropriados ao resultado ao longo do prazo dos

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratos. Ganhos e perdas decorrentes da liquidação, renegociação ou baixa desses passivos são reconhecidos no resultado no momento em que ocorrem.

Os custos de empréstimos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável, conforme definido na política contábil da Companhia, são capitalizados como parte do custo do ativo, a partir do início das atividades necessárias para preparar o ativo para o uso pretendido. A capitalização é interrompida quando, substancialmente, todas as atividades necessárias para deixar o ativo pronto para uso ou venda estão concluídas, bem como durante períodos em que o desenvolvimento do ativo seja suspenso. A Companhia não possui empréstimos específicos destinados exclusivamente ao financiamento de ativos qualificáveis; quando aplicável, a capitalização é realizada com base em taxa média ponderada dos empréstimos vigentes. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira no período em que são incorridos.

a. Composição dos financiamentos

Financiamentos	Taxa de juros	Vencimento	2025	2024
Financiamentos BNDES	2,65% a.a. + TJLP	Out/2032	24.832	27.933
Total			24.832	27.933
Circulante			3.898	3.808
Não circulante			20.934	24.125

b. Movimentações dos financiamentos

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	27.933	31.397
Juros incorporados à dívida	2.881	2.752
Custo de captação incorrido	6	6
Juros pagos	(2.228)	(2.524)
Amortização do principal	(3.760)	(3.698)
Saldo em 31 de dezembro	24.832	27.933

c. Obrigações contratuais - Covenants

O referido contrato possui cláusulas restritivas, as quais são monitoradas pela Companhia, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim.
- Manutenção, até o vencimento do contrato, das seguintes contas reservas: Conta Reserva do serviço da dívida, conta reserva de O&M e conta reserva especial.
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas em contrato.
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- Através da controladora direta Serras Holding S.A., manter durante toda a vigência do contrato Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD consolidado igual ou maior que 1,30. Tal índice é medido pela Companhia.
- Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

No exercício de 2025, a Companhia não atingiu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Em 30 de dezembro de 2025, foi obtida autorização do BNDES para a suspensão temporária da exigência deste índice.

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Cronograma de amortização

Os fluxos de pagamentos dos financiamentos estão apresentados no quadro a seguir:

Ano	2025
2026	3.898
2027	3.806
2028	3.806
2029	3.806
2030	3.806
Após 2030	5.710
Total	24.832

e. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos.

11 Provisão para ressarcimento

A provisão para ressarcimento é resultante de transações que ocorrem em parques eólicos operando exclusivamente no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), que foram contratados por meio de participação em leilões na modalidade de disponibilidade. Esta modalidade estabelece, contratualmente, limites para as exposições, tanto positivas quanto negativas, da geração de energia em relação à receita fixada pelo leilão, incluindo a aplicação de bônus ou penalidades conforme as faixas de desvio.

Mensalmente são apurados os valores de geração de energia elétrica e confrontados com a obrigação de geração com base na Garantia Física das usinas declarada e se verificado déficit são reconhecidos os valores de provisão de ressarcimento. O ressarcimento pode ser anual ou quadrienal, o que determina sua classificação é a faixa de exposição negativa que cada usina se enquadra, de acordo com a regra contratual. O período de apuração dos saldos anuais é de um ano a partir da data do contrato, ao final de cada ciclo esse valor é transferido para a rubrica de ressarcimento formado e sua liquidação ocorre no ano seguinte. Já o ressarcimento quadrienal tem período de apuração de quatro anos, ao final do ciclo os valores são transferidos para ressarcimento formado, porém, sua liquidação ocorre ao longo dos próximos 24 meses.

Por se tratar de saldos de longo prazo, os ressarcimentos quadrienais são atualizados monetariamente ao longo dos anos.

A liquidação dos valores a pagar de ressarcimento, assim como, dos valores a receber em caso de excedente de geração, são realizados através da CCEE, a qual realiza o balanço energético mensal das usinas e a compensação dos valores entre seus agentes. Os valores não compensados são liquidados através de uma conta específica para transações com a CCEE.

Os desvios negativos de geração são registrados sob a rubrica 'Provisão para Ressarcimento', enquanto os desvios positivos são contabilizados em 'Contas a Receber', no subgrupo 'Excedente de Geração' (conforme nota explicativa 6). Ambos os registros têm como contrapartida a receita de venda de energia elétrica.

O leilão em que a Companhia participa como contraparte é descrito em detalhes na Nota Explicativa 1. Detalhes sobre o reconhecimento dos saldos de excedente e ressarcimento são fornecidos na Nota Explicativa 14.

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 2024	Adições (a)	Transferências (b)	Atualização monetária	Saldo em 2025
Ressarcimento formado	1.122	589	5.530	68	7.309
Ressarcimento em formação	3.570	4.338	(5.530)		2.378
Constrained-off	-	(21)			(21)
Total Ressarcimento	4.692	4.906	-	68	9.666
Circulante	3.041				7.926
Não circulante	1.651				1.740

	Saldo em 2023	Adições (a)	Transferências (b)	Atualização monetária	Saldo em 2024
Ressarcimento formado	-	-	1.077	45	1.122
Ressarcimento em formação	244	4.403	(1.077)	-	3.570
Total Ressarcimento	244	4.403	-	45	4.692
Circulante	-				3.041
Não circulante	244				1.651

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do passivo de ressarcimento apresentou um aumento nas modalidades anual e quadrienal, principalmente pelos fatores abaixo apresentados:

(a) Adições: Reconhecimento para provisão de ressarcimento no montante de R\$ 4.906 referente à exposição no período (R\$ 4.403 em 31 de dezembro de 2024).

(b) Transferências: Encerramento de ciclos anuais e quadriennais, migrando de em formação para formado.

a. Cronograma de amortização

Os fluxos de pagamentos dos ressarcimentos estão apresentados no quadro a seguir:

Ano	2025
2025	7.926
2026	145
2027	870
2028	725
Total	9.666

12 Provisão para desmobilização

A provisão para desmobilização é reconhecida pela Companhia que, ao final do prazo contratual de arrendamento, têm a obrigação de restituir as terras nas condições anteriores à implementação dos parques eólicos. Esta provisão é mensurada com base na estimativa dos custos relacionados à desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para a desmontagem e a destinação final dos itens descartados, sendo reconhecida a valor presente de acordo com taxa de desconto nominal de 9,12% a.a.. O valor presente da obrigação com desmobilização é calculado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores presentes no parque eólico. A Companhia reconhece no resultado o ajuste a valor presente em relação ao fluxo de caixa futuro como custo de financiamento.

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, a Companhia revisou suas estimativas referentes ao valor futuro necessário para o cumprimento dessas obrigações. Após a atualização das premissas de mercado, com base em estimativas de custos elaboradas por consultorias especializadas, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de novos valores.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado para o custo de desmobilização de ativos, atualizado a valor presente, foi de R\$ 6.975 (R\$ 6.739 em 31 de dezembro de 2024).

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	6.739	6.511
Ajuste a valor presente	236	228
Saldo final	6.975	6.739

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 62.733 (R\$ 37.533 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 30.154.331 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (21.263.380 ações em 31 de dezembro de 2024).

Em 12 de junho de 2025, mediante aprovação em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, houve redução de capital no montante de R\$ 2.200, com impacto em caixa e equivalentes.

Em 28 de março e 09 de setembro 2025, mediante aprovação em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, houve aportes de capital totalizando R\$ 27.400, com efeito em caixa e equivalentes.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve constituição de dividendos mínimos obrigatórios, decorrente do prejuízo do exercício.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve constituição de reserva legal, decorrente do prejuízo do exercício.

d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento ou para distribuição de dividendos sendo previamente aprovado na assembleia geral.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foi constituída reserva de retenção de lucros decorrente do prejuízo do exercício.

14 Receita operacional líquida

A receita operacional advinda do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida nas transações de geração e venda de energia são registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e são classificados no seguinte mercado:

- (i) ACR (Ambiente de Contratação Regulada) - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, e

Os contratos possuem características similares, descritas a seguir:

- (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes;
- (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato;
- (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente através da entrega da energia, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados;
- (iv) Sem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Especificamente para os contratos negociados no ACR, os valores de geração excedente ou deficitária são reconhecidos com a mecânica abaixo:

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

A Companhia considera que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47- Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, à medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia mensura a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável.

Pis e Cofins

O Pis e a Cofins são calculados com base no regime cumulativo, ou seja, aplicando os percentuais estabelecidos pela legislação tributária sobre a receita operacional da Companhia. A alíquota para o Pis é de 0,65% sobre a receita operacional e para a Cofins 3%.

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta de energia elétrica (a)	11.976	12.504
Outras receitas	4.594	-
Total da receita operacional bruta	<u>16.570</u>	<u>12.504</u>
Volume gerado em MWh	71.986	59.747
PIS	(83)	(82)
COFINS	(382)	(375)
Deduções da receita	<u>(465)</u>	<u>(457)</u>
Receita operacional líquida	<u>16.105</u>	<u>12.047</u>

(a) A receita bruta representa a venda de geração de energia própria no ambiente de contratação regulada (ACR).

15 Custo de operação

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depreciação	(4.534)	(3.841)
Amortização	(198)	-
Energia Elétrica	(1)	-
Engenharia e gestão de processos O&M	(591)	(638)
Encargos de conexão e transmissão	(1.693)	(1.471)
Gastos com pessoas	(661)	(661)
Serviços de terceiros	(5.396)	(232)
Materiais	(1.381)	(1.100)
Outros custos (a)	(1.029)	(529)
Total	<u>(15.484)</u>	<u>(8.472)</u>

(a) Referem-se a compra de energia, gastos com pessoal, impostos, taxas e alvarás diversos, locação e aluguéis, seguros e demais custos, líquido de reversões.

16 Despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Gastos com pessoas	(423)	(402)
Encargos de conexão e Transmissão	-	-
Serviços de terceiros	(98)	(132)
Legais, judiciais e publicações	(3)	(29)
Materiais	(28)	-
Outras despesas	(35)	(58)
Total	<u>(587)</u>	<u>(621)</u>

17 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, IOF e juros sobre arrendamento. As que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidas no custo desses ativos, as demais são reconhecidas no resultado do exercício. Em ambos os casos são mensuradas através do método de juros efetivos.

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Rendimento de aplicação	455	568
Outras receitas	76	3
Receitas financeiras	<u>531</u>	<u>571</u>
Juros sobre financiamentos	(2.881)	(2.752)
Ajuste a valor presente da provisão para desmobilização	(236)	(228)
Atualização monetária do excedente	-	-
Despesa captação de financiamentos	(6)	(6)
Fianças e comissões bancárias	-	(2)
Outras despesas financeiras	(681)	(383)
Despesas financeiras	<u>(3.804)</u>	<u>(3.371)</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

Lucro presumido

A Companhia executa atividades de geração de energia e opta pelo regime de tributação Lucro Presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta proveniente da venda de energia eólica e a razão de 100% sobre as receitas financeiras as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida em 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 520 (R\$ 816 em 31 de dezembro de 2024). O quadro abaixo demonstra a apuração com base no lucro presumido:

	<u>2025</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Lucro presumido		
Receita de operações com energia elétrica	11.976	11.976
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	958	1.437
Demais receitas	516	516
Base de cálculo	1.474	1.953
Alíquota nominal	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	220	176
Base de adicional do IRPJ	1.234	-
Adicional de IRPJ (10%)	123	-
Corrente	<u>344</u>	<u>176</u>
	<u>2024</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Lucro presumido		
Receita de operações com energia elétrica	12.504	12.504
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.000	1.500
Demais receitas	1.337	1.337
Base de cálculo	2.337	2.837
Alíquota nominal	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	351	255
Base de adicional do IRPJ	2.097	-
Adicional de IRPJ (10%)	210	-
Corrente	<u>561</u>	<u>255</u>

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos avaliados como risco possível e remoto não são provisionados, sendo que, os processos avaliados como risco possível são divulgados em notas explicativas.

A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é embasada pelo julgamento e pela experiência da Administração da Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, com base nessa avaliação, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

Não existem outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível.

20 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios estão descritas abaixo:

a. Valores a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Mútuo com partes relacionadas (i)		
Serras Holding S.A.	2.022	2.385
Total	<u>2.022</u>	<u>2.385</u>

b. Valores a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores		
Echoenergia Participações S. A (a)	4.126	3.384
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos Ltda. (b)	1.945	17.982
Echoenergia Crescimento S. A (a)	1	111
	<u>6.072</u>	<u>21.477</u>
Mútuo com partes relacionadas		
Eólica Serra de Santana S/A	1.898	3.348
Eólica Lagoa Nova S.A.	1.688	1.688
Serras Holding S.A.	-	-
Eólica Lanchinha S.A.	2.095	2.095
	<u>5.681</u>	<u>7.131</u>
Redução de capital		
Serras Holding S.A.	956	-
	<u>956</u>	<u>-</u>

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Resultado

Resultado	2025	2024
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos Ltda. (b)		
Compartilhamento de custos	(826)	(790)
Echoenergia Participações S. A (a)		
Compartilhamento de custos	(226)	(270)
Compartilhamento de despesas	(599)	(495)
Echoenergia Crescimento S. A (a)		
Compartilhamento de custos	(1)	(7)
Compartilhamento de despesas	(6)	(105)
Total transações no resultado	(1.658)	(1.667)

(a) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora Echoenergia Participações S.A e Echoenergia Crescimento S.A. O critério de rateio se dá com base na receita de cada companhia participante do contrato em relação ao total de receita consolidada da controladora. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2025. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

(b) A Companhia possui contrato de compartilhamento de custos a pagar com a companhia Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos Ltda. Os gastos compartilhados são referentes a peças e serviços de manutenção.

d. Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A, a qual repassa as respectivas remunerações, guardando o critério de proporcionalidade estabelecido para a Companhia por meio de contrato firmado com a Companhia.

Adicionalmente, os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros saldos esporádicos de transações com a Companhia.

21 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo

Fundos vinculados e aplicações financeiras

O valor justo é determinado com base na aplicação do percentual do índice atrelado ao respectivo ativo financeiro, taxa (DI), considerando o risco de crédito da instituição na qual os recursos estão aplicados.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado** são os passivos financeiros que sejam:
 - (i) mantidos para negociação no curto prazo,
 - (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente;
 - (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota abaixo.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	2025		2024	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Caixa e bancos	5.a	197	-	161	-
Aplicações financeiras	5.a	-	42	-	1.101
Fundos vinculados	5.b	-	6.867	-	4.061
Contas a receber	6	8.145	-	2.797	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	9	20.409	-	22.135	-
Financiamentos	10	24.832	-	27.933	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível (a)	2025		2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Bancos e aplicações financeiras	5.a	Nível 2	239	239	1.262	1.262
Contas a receber	6	Nível 2	8.145	8.145	2.797	2.797
Fundos vinculados	5.b	Nível 2	6.867	6.867	4.061	4.061
Total			15.251	15.251	8.120	8.120
Fornecedores	9	Nível 2	20.409	20.409	22.135	22.135
Financiamentos	10	Nível 2	24.832	24.832	27.933	27.933
Total			45.241	45.241	50.068	50.068

(a) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas, com *rating* AAA em acordo com a política aprovada pela Administração, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram o contas a receber da Companhia são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	239	1.262
Fundos vinculados	5.b	6.867	4.061
Contas a receber	6	8.145	2.797
Total		<u>15.251</u>	<u>8.120</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2025	Fluxos de caixa contratuais					
	Valor contábil	Fluxos de caixa futuros	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	20.409	(20.409)	(20.409)			
Financiamentos	24.832	(24.832)	(3.898)	(7.612)	(7.612)	(5.710)
Total	45.241	(45.241)	(24.307)	(7.612)	(7.612)	(5.710)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Risco de preço na venda de energia elétrica

A Companhia vende energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR. No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente do compromisso contratual de entrega de energia, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas. A parcela substancial do compromisso de entrega de energia está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços.

Riscos e taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas de relatórios de mercado com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices		Sensibilidade					
		2025	Provável	25%	50%	-25%	-50%
TJLP (a)		8,70%	8,70%	10,88%	13,05%	6,53%	4,35%
Risco de redução das taxas de juros e índices							
CDI (b)		14,90%	14,90%	18,63%	22,35%	11,18%	7,45%
Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldo em 2025	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Financiamentos	TJLP	24.832	26.992	27.532	28.073	26.452	25.912

Eólica Paraíso S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impacto no resultado							
		(2.160)	(540)	(1.080)	540	1.080	
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	6.909	7.938	8.196	8.453	7.681	7.424
Impacto no resultado			1.029	257	515	(257)	(515)

(a) Taxa de juros de longo prazo – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

23 Compromissos contratuais e garantias

Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2026	2027	2028	2029 a 2037
(CUST / CCT) (a)	1.342	1.460	1.540	3.077
Total	1.342	1.460	1.540	3.077

a. Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2025 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2024 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2026 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

24 Cobertura de seguros

Por estar exposta a possíveis sinistros em suas atividades operacionais e administrativas, a Companhia adota uma política de contratação de seguros e garantias financeiras a fim de garantir o funcionamento de suas operações, que estão sujeitas a (i) impactos negativos externos e falhas operacionais e (ii) eventuais reflexos de danos que impactam terceiros.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Diretoria Executiva

Liu Gonçalves de Aquino
Diretor Presidente

Raimundo Barretto Bastos
Diretor Financeiro

Claudy Marcondes dos Santos Junior
Diretor de gestão de energia

Leonardo de Carvalho Machado
Diretor de operações

Bruno Ortega Janjacomo
Gerente Contábil
CRC 1SP-331491/O-4